

Crises econômicas, regressão histórica e conflitos sociais: um ensaio

*Economic crisis, historical regression and social conflicts:
an essay*

Raquel Varela*

Valerio Arcary**

Resumo

Este ensaio coloca como hipótese que a regulação social realizada pelos Estados europeus entrou em colapso de forma irreversível depois da precipitação da crise econômica mundial em 2008. Fazemos uma breve introdução sobre a relação entre crises e revoluções a partir da perspectiva de economistas e historiadores, para depois debater a atual crise econômica e sua relação com o fim do pacto social.

Palavras-chave: revolução; crise de 2008; pacto social; estabilidade social

Abstract

This essay assumes that social regulation carried out by European states collapsed irreversibly after the precipitation of the world economic crisis in 2008. We make a brief introduction on the relationship between crises and revolutions from the perspective of economists and historians to then discuss the current economic crisis and its relationship with the end of the social pact.

Keywords: *Revolution; 2008 crisis; social pact; social stability*

* Coordenadora do Global Labour History Study Group, UNL-Portugal; professora-visitante na UFF/Brasil; Honorary fellow no IISH Amsterdam.

** Professor aposentado do IF/SP (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia); doutor em História pela USP.

Onde há uma vontade, há um caminho.

Sabedoria popular chinesa

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,

Muda-se o ser, muda-se a confiança:

Todo o mundo é composto de mudança,

Tomando sempre novas qualidades.

[...] Do mal ficam as mágoas na lembrança,

E do bem (se algum houve) as saudades.

Camões

Introdução

A hipótese deste ensaio é que a regulação social realizada pelos Estados europeus entrou em colapso de forma irreversível depois da precipitação da crise econômica mundial em 2008. Em patamares diversos, mais acentuadamente no sul da Europa do que no norte, já se abriu uma dinâmica histórica de regressão social. Grécia, Portugal, e Espanha, por exemplo, se latino-americanizam em ritmos assustadores em três anos.

Não obstante, nas sociedades contemporâneas urbanizadas, a destruição das condições médias de existência da maioria da população nunca pôde ser feita “a frio”, isto é, sem resistências colossais. O desafio, portanto, para as classes trabalhadoras europeias é construir uma força social de impacto que seja capaz de impedir os ajustes econômico-sociais que são impulsionados pela *Troika* e implementados pelos governos nacionais. O surgimento em 2016, na França, de uma resistência de centenas de milhares nas ruas e, em 2011, de movimentos como os dos grevistas na Grécia, da geração “à rasca” em Portugal, ou dos indignados no Estado espanhol, os maiores em décadas na Europa, sinaliza uma nova rebeldia entre os mais jovens.

Se, contudo, não surgir uma resposta, em escala europeia, do movimento dos trabalhadores organizado unificado com a juventude, será impossível derrotar o ajuste que as burguesias europeias precisam realizar para preservar suas posições no mercado mundial e evitar a queda da valorização dos títulos. Esse processo ainda está em disputa. Devemos lembrar que, nas condições atuais, a destruição do pacto social que permanece ainda o mais avançado do mundo teria consequências internacionais. Uma derrota tão séria não poderia deixar de estabelecer uma nova relação de forças entre as classes. Essa resposta ainda pode ser construída. Ainda há tempo. O internacionalismo deixou de ser somente uma fórmula programática justa, e passou a ser uma necessidade sindical e política urgente.

A classe trabalhadora europeia do início do século XXI é diferente do proletariado de trinta anos atrás, mas isso não autoriza a conclusão de que é mais fraca. É uma classe trabalhadora menos homogênea, em várias dimensões, que a da geração anterior, porque o peso social da classe operária industrial é menor. É uma classe com mais diferenciações sociais e culturais, com menor grau de participação nas organizações que a representam. É, também, uma classe menos confiante em si mesma, desgastada depois de décadas de pequenas derrotas que foram se acumulando.

Mas é, também, mais numerosa, mais concentrada, e muito mais instruída. É uma classe com o potencial de atrair para o seu campo uma maioria das classes médias pauperizadas. É uma classe mais consciente da amplitude internacional de sua luta e, sobretudo, muito mais crítica das velhas direções sindicais e políticas: a social-democracia e o estalinismo. Terá que aprender em prazos políticos curtos a grandeza real de sua força. Terá que romper com a influência dos velhos aparelhos, e construir novas organizações como instrumentos de luta para poder representar coletivamente seus interesses. Terá que descobrir a via de ruptura com os limites políticos do regime eleitoral de dominação que faz a blindagem do capital.

Economistas e historiadores: crise e revolução

Ensina a sabedoria popular que todos os ofícios têm os seus vícios. Economistas e historiadores têm perspectivas um pouco distintas quando o tema é a relação entre crise econômica e conflitos sociais. Não têm dificuldade em reconhecer que a conflitividade social aumenta, tendencialmente, quando o impacto das crises econômicas deteriora as condições de existência da classe trabalhadora. No entanto, mesmo se inspirados na tradição marxista, os enfoques são diferentes. São muitas as razões para os desencontros, mas arriscamos dizer que há duas principais.

A primeira é que, nos últimos cem anos, existiram muito mais crises econômicas do que colapsos sociais graves. As crises econômicas do capitalismo foram recorrentes, mas só em circunstâncias excepcionais precipitaram situações revolucionárias. As crises de subprodução das sociedades pré-industrializadas foram condicionadas pelas flutuações do mundo agrário – erosão do solo, secas, inundações, terremotos, epidemias – ou pelas pulsações das crises políticas e guerras, ou seja, fatores exógenos à vida econômica, portanto, aleatórias. As crises da era do capital foram provocadas por razões endógenas, e assumiram a forma de ciclos regulares. Estas colisões destrutivas de superacumulação de capital e superprodução de mercadorias têm sido previsíveis há cento e cinquenta anos, e encontra-se disponível um amplo repertório de conhecimento de distintas orientações para compreendê-las. As explicações de por que em algumas sociedades as crises

econômicas foram um gatilho do mal estar social, e em outras não, são muitas e repousam nas histórias prévias de cada nação.

A segunda é que os economistas foram educados para não se impressionarem com o drama “externo” dos acontecimentos. Procuram, por educação profissional, as leis “internas” do sistema capitalista: as regularidades, os ciclos, ou seja, a manifestação de um padrão previsível. Historiadores marxistas têm outra inclinação teórica: entusiasmam-se em descobrir na sequência, aparentemente, desordenada, confusa ou caótica dos fatos, um fio condutor de explicação que remete à luta de classes. Contextualizam as crises econômicas procurando periodizações que devem considerar outras variáveis, além das determinações mais estritamente objetivas.

O certo é que as crises econômicas do mundo contemporâneo foram condição necessária da abertura de situações revolucionárias, mas não foram razão suficiente para que um povo estivesse disposto a fazer uma revolução e derrubar um governo. Na verdade, em condições normais de dominação, pelo menos até à II Guerra Mundial, os sacrifícios impostos ao modo de vida das classes populares naqueles países ainda em processo de transição de economias agrárias para economias urbanas – ou seja, quase toda a América Latina, Ásia e África e, talvez, áreas da Europa do Mediterrâneo – eram absorvidos, sem maior tensão, como temporários, por variadas razões. Ou porque a percepção de uma injustiça muito grave não ficava clara, ou porque pareciam poder ser compensados adiante quando de uma recuperação, ou porque ainda era possível um retorno transitório ao mundo rural, ou porque as direções políticas dos trabalhadores inibiam ou freavam a agudização do protesto social. Nos países plenamente urbanizados foi muito mais difícil conter a desestabilização social provocada pelas crises econômicas, como ficou claro depois da tragédia alemã nos imediatos a 1929 (Hobsbawm, 1985).

Economistas podem ser teoricamente mais otimistas em suas investigações (otimistas no sentido da autoconfiança em relação às suas conclusões), porque assumem como tese presumida que os comportamentos dos indivíduos são racionais e previsíveis. Mesmo quando consentem que a sociedade moderna está dividida em classes, e admitem como premissa que as decisões que os indivíduos tomam estão condicionadas pelas pressões de classe, preferem considerar que as classes são coerentes com seus interesses. Em outras palavras, desprezam as inconsistências que se manifestam entre as situações que uma classe vive, efetivamente, e o grau de consciência que esta classe conseguiu construir sobre seus interesses. O perigo metodológico do economicismo é imaginar que, na vida social, as mesmas causas provocam, essencialmente, as mesmas consequências, e construir um modelo teórico esvaziado de tempo e de espaço, onde as classes de carne e osso e suas lutas desaparecem. Quando o tema são as crises econômicas, o risco de uma análise economicista consiste em ignorar que na história há regularidades, mas não há *replays*, não são possíveis repetições.

Já historiadores aprenderam a conviver com a insegurança teórica, porque aceitam que não há correspondência direta entre os interesses econômicos e o comportamento político das classes. Uma classe dominante ou dominada pode agir contra suas aspirações imediatas em troca de recompensas futuras, ou o contrário, pode sacrificar suas perspectivas em função do imediatismo de suas necessidades, dependendo de muitos fatores, entre eles a qualidade recíproca das direções das classes em luta. Historiadores olham os conflitos privilegiando a análise da relação política de forças em que as classes sociais travaram suas lutas, e reconstruindo os campos de possibilidades que estavam colocados em uma situação determinada. Quando se deixam cegar pela paixão pelo seu tema, historiadores podem ser demasiado condescendentes com o passado e, se devorados pelo ceticismo, perigosamente cínicos.

Não obstante, não foi um tema especialmente polêmico na historiografia reconhecer que as crises econômicas nas sociedades contemporâneas urbanizadas foram, tendencialmente, parteiras de conflitos sociais e, em circunstâncias mais raras, de situações revolucionárias. Recessões são interrupções destrutivas. São, potencialmente, um momento de máxima vulnerabilidade do capitalismo. Os choques na capacidade produtiva geram mudanças imediatas nas relações de forças, porque a saída da crise aumenta a competição entre as empresas e os Estados, e exige um aumento da exploração dos trabalhadores. Quando estes não encontram condições de se defender, o sistema ganha tempo histórico de se recuperar.

O limite histórico do capital foi e permanece sendo o limite de sua valorização. Sua expansão dependeu da possibilidade de extração de mais-valia pela desvalorização salarial ou pelo aumento da intensidade do trabalho; da possibilidade de diminuir os custos da reprodução do trabalho pelo barateamento das mercadorias que respondem pelo consumo popular; da capacidade de aumentar a produtividade pela substituição do trabalho vivo por trabalho morto; da expansão do mercado mundial; e do aumento da financeirização; e da mercantilização dos serviços públicos.

Não há, todavia, inovação técnica que, por si mesma, seja suficiente para preservar o capitalismo. A introdução de novas tecnologias não permite inverter a queda da taxa média de lucro que regula a pulsação do capital. Os limites de expansão do mercado mundial estão se esgotando nas últimas fronteiras na Ásia e na África. Os perigos de uma financeirização desregulada manifestaram-se de forma aguda nesta última crise econômica.

Resumindo, sem aumentar a exploração do trabalho, e sem a proteção dos países no centro do mercado mundial pela elevação da transferência de riqueza da periferia, o capitalismo não tem futuro. A expropriação do trabalho deve ser considerada, todavia, na escala do mercado mundial. A exportação dos custos das crises para os países periféricos foi um dos recursos históricos dos países

imperialistas para preservar a governabilidade no centro do sistema. Mas teve e tem, também, os seus limites. As burguesias nacionais nos países semicoloniais, sobretudo naqueles em que a maioria da população já foi urbanizada, não podem arriscar confrontos sociais com seus trabalhadores sem cálculos políticos cautelosos. Não existe, portanto, uma saída estritamente econômica para as crises. A saída de cada crise depende de um desenlace político-social.

Na época contemporânea, essa possibilidade de aumentar a extração de mais-valia foi condicionada, portanto, pelo grau de radicalização da luta de classes. O capital aprendeu com a experiência das crises econômicas anteriores, e teme os perigos do desgoverno. A classe trabalhadora não pode, também, assistir à destruição de suas conquistas sem feroz resistência. O desenlace desta crise permanece, portanto, ainda em aberto.

Crise e conflitos: o exemplo de Portugal pós-Troika (2008-2016)

“Queremos um Estado forte na economia”, defendem muitos na sociedade portuguesa hoje, sobretudo os economistas de inspiração keynesiana. Insistem que o projeto neoliberal consiste em retirar força ao Estado e que a resposta a este “fanatismo liberal” é o combate pelo reforço do papel desse mesmo Estado.

Não partilhamos desta hipótese. Nunca tivemos tanto Estado como hoje e o centro das reivindicações sociais igualitárias e livres, o coração dos projetos emancipatórios (que terão que respeitar a liberdade individual, que não é uma nota de rodapé na mudança social, mas o seu coração), consiste em retirar força a este Estado, devolvendo-a a organizações da sociedade, de base, com origem nos lugares onde as pessoas trabalham, habitam e outros por inventar, num período onde o trabalho à peça e ao domicílio ganhou uma dimensão gigante (estão em direta precariedade laboral 50% da população empregada).

Através do seu peso econômico, o Estado condiciona a economia privada no sentido de conservar e ampliar a sua margem de lucro, não importando que esse mesmo lucro possa transubstanciar-se em rendas como as parcerias público-privadas. Existe nesse procedimento uma certa democracia das quotas. Assim, as quotas de mercado determinam a preferência do Estado pela salvação de determinado tipo de capitais, resultando numa erosão simultânea dos níveis salariais e da existência dos pequenos produtores independentes, ou seja, aqueles que produzem de acordo com uma estratégia própria para qualquer mercado concorrencial. Os pequenos produtores dependentes, ou seja, aqueles que produzem para um cliente, um grupo maior, não passam, na verdade, de um departamento condicionado pela estratégia do seu único cliente. O Estado hoje condiciona através da dívida pública e de outras rendas fixas, como as parcerias público-privadas, cuja taxa de rentabilidade só é superior, em alguns casos (14%, 18%), no negócio da droga; o Estado regula a flexibilização laboral, criando um emaranhado

de leis, estágios etc. (e não, como se diz erradamente, promovendo a “desregulamentação”, porque a flexibilidade é profundamente *regulada* pelo Estado), que promove e cria a precariedade laboral e o desemprego; o Estado determina os cortes dos salários do setor público, que servem de arrastamento e exemplo para cortes nos salários no setor privado; o Estado nunca obteve tanta arrecadação fiscal na sua história; o Estado substitui-se ao tradicional conflito patrão-trabalhador, assumindo pela via de leis gerais (horas extraordinárias, estágios não remunerados, regulação do banco de horas etc.) os cortes na massa salarial (cortes diretos e indiretos); o Estado estimula a privatização de bens públicos, expropriando diretamente serviços fundamentais (ANA, PT, EDP¹) ou usando dinheiros públicos para sustentar diretamente os negócios privados (saúde privada, banca privada, entre outros).

O Estado que quase todos abraçam com carinho na sociedade europeia do sul da Europa é o Estado social. Em rigor, historicamente, o Estado social é sobretudo o *salário social*: as pessoas pagam impostos e contribuições sociais que querem ver restituídos em serviços públicos que o Estado não dá, devolve. Em segundo lugar, o Estado social não é uma dádiva do Estado – ele nasceu contra o Estado, na situação de fato dos trabalhadores armados em 1945 na Europa do norte, e nas lutas sociais de 1974-1975, na revolução portuguesa e seu contágio a Espanha e Grécia em 1974-1975, quando ocorreu o aumento e o alargamento de pensões e reformas, a unificação dos serviços de saúde em serviços públicos de saúde planificados e educação geral e gratuita para todos.

O Estado hoje cada vez mais aparece como aquilo que sempre foi: um instrumento, cada vez mais complexo (com agentes e estruturas, sobretudo os agentes contraditórios com o próprio Estado muitas vezes), de promoção da concentração de riqueza social nas escassas mãos de alguns, e não uma fonte de confiança e bem-estar público para a maioria dos que vivem sob o seu domínio. Em Portugal, por exemplo, havia, em 2014, 870 milionários que tinham uma fortuna equivalente a 45% do PIB (o PIB é aquilo que é produzido pelo conjunto da população).

A gestão assistencialista do desemprego, a recapitalização de empresas, a titularização do fundo da Segurança Social, a mercantilização das funções sociais do Estado, a própria gestão da força de trabalho em sede de concertação social – o modelo neocorporativo europeu tripartido de gestão da reestruturação laboral –, todas estas mudanças foram feitas e realizadas tendo por epicentro o reforço do Estado e do seu papel, na dupla vertente de regulador e financiador cada vez mais presente, e não pela sua ausência, como erradamente se atribui à chamada “fase neoliberal”. O Estado não tem diminuído. Pelo contrário, tem-se reforçado.

¹ PT – Portugal Telecom; ANA – Aeroportos de Portugal; EDP – Empresa Distribuição Eletricidade.

Nenhum partido, porém, com representação parlamentar no sul da Europa sufraga hoje a defesa de uma sociedade distinta, de um modo de organização social alternativo, e recusa qualquer utopia social. Esta atitude observa-se programaticamente. Até o pleno emprego – embora vivamos hoje com taxas reais de desemprego de 25% no sul da Europa, em Portugal idênticas – saiu das campanhas públicas destes partidos, sem exceção, que insistem em colocar os programas emergenciais – rendimento mínimo, subsídio de desemprego – como panaceia para o problema histórico da miséria provocada pelo desemprego e pelos baixos salários; hoje, mais do que a deslocalização, é o desemprego o regulador salarial. A falta de saídas, que provoca desespero individual, vê-se a olho nu na reprodução dos discursos dominantes. As políticas de recuperação dos ativos falidos em 2007-2008 são, da direita à esquerda, designadas de “austeridade”, e a “saída da crise” é uma retórica usada por todos, ocultando que, desde 2009, uma parte minoritária suspirava de alívio porque teria saído da crise em que tinha entrado em 2007 e 2008 – a banca e os ativos falidos de grandes empresas – e outra parte da população, majoritária, quem vive do trabalho, e as pequenas e médias empresas, entrou nessa crise. O “dinheiro” não se evaporou – saiu de um lado para o outro.

Na agonia, porém, de descer os salários para recuperar-se da mais histórica queda da taxa de lucro, as políticas aplicadas a partir de 2008 ousaram um salto histórico: destruir a base social do regime de democracia-liberal, criado a partir dos pactos sociais de 76-78 em Portugal, Espanha e Grécia. Abriram, porém, uma caixa de pandora. Está por provar que a estabilidade dos regimes subsista à degradação das condições de vida da larga maioria dos trabalhadores. “Paz”, no sul da Europa contemporânea, tem dois nomes: polícia política/ditaduras ou amplos direitos sociais (1975-1986). Todos os outros tempos históricos, na época contemporânea, são marcados pela ingovernabilidade e dialeticamente têm como consequência o entrave à acumulação, eufemisticamente invocada, fora dos meios científicos críticos, como “estabilidade social”.

O projeto de desenvolvimento do pós-1975, a “Europa Conosco” – modelo da pauperização relativa em que lucros e salários cresciam juntos, ou seja, os ricos ficavam mais ricos, mas os pobres ficavam menos pobres, a essência do projeto social-democrata – ruiu. A modernização progressista do sul da Europa foi um fracasso, e vingou a modernização pelo atraso. “Deem-me uma guerra e farei o PIB crescer!” Destruir campos, fechar fábricas, eliminar capacidade produtiva, desinvestir em formação de força de trabalho e ciência, incentivar a emigração forçada... O modelo do retrocesso predomina nas opções políticas de quem tem estado ao leme dos destinos destes países – o do trabalho barato. Incompatível com o desenvolvimento da riqueza e bem-estar da população.

A história é processo, não é uma fatalidade. É um filme, dinâmico, e não uma fotografia, estática. Somos nós que a fazemos, nas suas tragédias e júbilos, um processo feito de sujeitos sociais e não um delírio teleológico divino. Ela

compreende escolhas, de pacto ou conflito, de derrota ou vitória, às vezes de empate, embora, sabemos-lo, não duradouro.

Não se evitou a decadência econômica dos países depois de 2008, mas produziu-se uma massiva proletarização, urbanização e educação da esmagadora maioria da população que, aliadas às conquistas da revolução, sobretudo o Estado social, podem ser a força social capaz de fazer emergir uma ideia de bem-estar para a população. Como disse Friedrich Hebbel, citado por Antonio Gramsci: “*À juventude censura-se amiúde acreditar que o mundo começa apenas com ela. Mas os velhos acreditam ainda mais piamente que o mundo finda com eles. O que é pior?*”

Crise de gestão ou gestão da crise?

Esta crise não tem origem num problema de gestão, mas a ânsia de remunerar capitais falidos com dinheiros públicos trouxe à luz do dia uma sucessão de escândalos morais, de corrupção e de má gestão associada a grandes dirigentes de bancos ou empresas. *Too big to fail, too big to jail...*

Não faliram. Os passivos foram nacionalizados a uma dimensão histórica, mas os ativos protegidos. O fenômeno ajudou a que se explicasse nos grandes *media* a crise como um problema de corrupção e de má gestão. Mas não podemos confundir a *aparência* dos fenômenos com a sua *essência*. Ou seja, como eles (a) parecem e como são de fato. As sombras e a realidade.

Balzac, na sua burlesca sátira às dívidas – *A arte de pagar as suas dívidas e de satisfazer os credores sem gastar um centimo* – explica que “entre os credores que se podem ter, encontram-se sempre alguns sensíveis e bondosos que acabam por se afeiçoar ao devedor”.

Enquanto, em 2008, o diretor de uma grande empresa alemã aconselhava os seus quadros a lerem *O Capital* de Karl Marx, as televisões de todo o mundo procuravam encontrar as causas da doença na febre. Insistindo que a maior crise do capitalismo do pós-guerra era um problema de homens maus ao leme de um sistema bom.

George W. Bush disse, literal e assumidamente, em 2008, olhos nos olhos dos seus concidadãos, que se não autorizasse os trilhões de ajudas à General Motors ou ao Bank of America, as maiores empresas da maior economia do mundo teriam falido e arrastado o capitalismo mundial para uma grande depressão. Estes valores, conhecidos como os “helicópteros de dinheiro” que Ben Bernanke, presidente da FED, sistema de bancos centrais dos EUA, despejava em cima de Wall Street (bolsas de Nova Iorque), serão adiantados pelo Estado e depois pagos com o dinheiro dos contribuintes – isto é, com uma queda real do salário de 25% nos EUA desde 2008. Apesar de algumas manifestações empunharem então um cartaz à porta de Wall Street onde se lia “*Jump you fuckers!*” – aludindo aos suicídios

de acionistas em 1929 –, estes, desta vez, não saltaram. E o capitalismo norte-americano foi salvo não porque era um sistema robusto, mas porque foram usadas as maiores ajudas públicas de toda a história da humanidade.

Primeiro a exploração colonial, depois a exploração neocolonial, depois a transformação da China na fábrica do mundo a produzir por 70 dólares por mês. De crise em crise, de miséria em barbárie, o capitalismo na sua fase descendente de modo de produção histórico, o capitalismo monopolista (2/3 dos trabalhadores do mundo que trabalham em PME trabalham de fato, como já referimos, em subsidiárias de grandes corporações) era agora salvo pelo Estado, ou seja, pelos cortes salariais, pelo aumento do desemprego e pela erosão do salário social. Começava a pauperização massiva dos setores médios na Europa desenvolvida e nos EUA, algo que na periferia do mundo já se conhecia há muito.

Sem os Bushs, Madoffs, Oliveiras e Costas e Salgados deste mundo, a economia mundial estaria a progredir? Não. Mas é evidente que o aumento exponencial da corrupção – uma lama que, todos os dias, abre novos buracos perante a estupefação dos milhões de pessoas honestas que vivem do seu trabalho – não é um lapso. Quanto mais a valorização dos capitais privados está dependente do Estado, maior é a corrupção. E mais se afastam do topo das empresas as pessoas honestas, restando um lamaçal de amoralidade e gestão quando as falências vêm à tona.

Vivemos uma crise de 1929 adiada. Não é uma crise financeira nem dos *subprime*, mas uma crise cíclica que começa na produção industrial norte-americana, na sua indústria militar, automobilística, e tem o seu sintoma mais evidente no âmbito financeiro, com o colapso bolsista e a queda da Lehman Brothers e das bolsas. Não confundamos, porém, a pneumonia com a febre.

A pneumonia é a *queda tendencial da taxa de lucro*, originada pela contradição entre a produção para as necessidades e o lucro. A febre é o colapso bolsista, a forma como *aparece* a crise, mostrando a desvalorização da propriedade, em virtude da deflação dos preços na produção, a *essência*. Devemos dizê-lo sem diplomacia: quem não percebe a lei do valor-trabalho enunciada n' *O Capital* de Marx não consegue explicar a sociedade onde vive. A lei do valor está para a economia como a lei da gravidade para a física. Os economistas, na sua maioria, na forma de comentários políticos ou trabalhos acadêmicos, atuam como se o dinheiro produzisse dinheiro. Exaltam-se sobre subidas e descidas das bolsas como se estas tivessem vida própria, e mesmo os críticos daquilo a que se chama “neoliberalismo” – os neokeynesianos – consideram que vivemos numa economia de “casino”, cujo principal problema, na origem das crises, seria não as contradições da produção, mas a ausência de regulamentação do sistema financeiro.

Porém, se vivemos numa economia dominada pelo setor financeiro, de casino, por que é que as ajudas financeiras não valem nada sem os salários das pessoas?

O que aconteceu em 2008 foi uma ajuda maciça ao setor financeiro e três meses depois olharam para as populações e disseram: “Agora são vocês, com as vossas reformas e salários, a pagar!” Porque o que provou esta crise é que a produção, o salário e o trabalho são determinantes. Os títulos e as ações, sem trabalho, são apenas papel sem valor.

Os ciclos econômicos da produção capitalista, descritos n’*O Capital* de Marx, que ocorriam no século XIX sensivelmente a cada 10 anos e hoje a cada sete anos (estão mapeadas pelo Departamento de Comércio norte-americano), têm um ciclo de vida que podemos descrever assim: período de crise, expansão, pico de acumulação, crise... A origem das crises cíclicas é a desvalorização da propriedade por aumento do capital constante (investimentos, máquinas, tecnologia etc.) face ao capital variável (salários). No modo de produção capitalista, as crises são de superprodução de capital e não de escassez, como na Idade Média. Quando o *custo do trabalho*, a única origem do *valor*, sobe face ao capital constante, há uma crescente desvalorização da propriedade, cai a taxa média de lucro. É a crise.

Normalmente, no final do ciclo, antes de se entrar em crise (ou seja, antes de se dar uma queda na taxa de lucro, deflação de preços na produção etc., que muitas vezes se manifesta com quedas nas bolsas), há uma alta taxa de empregabilidade da mão de obra ou do custo unitário do trabalho. Nesta crise, o desemprego atingiu níveis estruturais e inéditos, o que significa que o grau de desvalorização dos capitais – e a necessidade de acionar medidas contracíclicas mais devastadoras – foi desta vez muito superior. Estamos em cima de um vulcão. Estamos, do ponto de vista da produção capitalista, numa bifurcação histórica.

Nos EUA, ao contrário do que é erradamente referido nos manuais, as taxas de desemprego de 1929 só foram revertidas quando os EUA entraram na II Guerra, em 1941. Foi a economia de guerra, ou seja, transformar *desempregados em soldados*, forças produtivas em fábricas de máquinas de destruição, que reverteu a crise de acumulação.

Desde 2009, pelo menos, a ordem que emana da Comissão Europeia é capitalizar a banca. O advento da crise de 2008 pôs os bancos na posse de um número ainda por clarificar de ativos tóxicos. De lá para cá, cada Estado tratou de usar toda a sua força para trocar esses ativos tóxicos (desvalorizados) por ativos frescos (com valor).

Essas ajudas à banca levaram o poder público a observar, impávido e sereno, uma dívida que em Portugal aumentou de cerca de 69%, em 2008, para os 102%, em 2011. Nos 102% os “mercados agitam-se”, isto é, os acionistas temem ficar com um calote nas mãos. Os títulos passam à categoria de lixo e o governo do PS, demissionário, com o aval do PSD (Partido Social Democrata – liberal) e do CDS (Centro Democrático Social, democrata-cristão), pedem socorro à *troika*. Depois do “socorro”, a dívida salta para os 130%. O Estado está hoje mais falido

do que nunca, a pagar dívida pública, muito mais falido do que estava antes de pedir o empréstimo. O resgate virou um sequestro.

Não foi sob o argumento de “rentabilizar o capital investido” que foi pedido o empréstimo da *troika*, mas sob o argumento de “evitar a falência do Estado”. Ora, o Estado não estava falido. Estava de boa saúde, e só entra em ruptura depois de salvar estes capitais, em Portugal a banca, mas não só. Só a salvação dos ativos do BPN e do BES² juntos corresponde hoje a 10% do PIB. Mas virtualmente toda a banca foi, logo em 2008, ligada por um cateter a dinheiros públicos. O próprio empréstimo da *troika* estipulava que o seu valor, 70 mil milhões de euros, era para reciclar os títulos públicos categorizados como lixo, e não para pagar salários e funcionamento do Estado, e 12 mil milhões para recapitalizar a banca. Trocaram-se títulos sem valor, papel pintado, por títulos com valor (salários, reformas, Estado social).

No âmbito do BCE, tivemos, por um lado, uma queda histórica tanto dos juros, como dos depósitos obrigatórios dos bancos no BCE (os juros estavam em março de 2015 em 0,15%, e o depósito mínimo em -0,1%). O BCE também afrouxou a sua política tanto na facilitação do acesso ao crédito direto através do BCE – o que em situações normais é altamente desaconselhável e oneroso –, como passou a ser muito mais flexível na aceitação das garantias dos bancos (aceitando títulos duvidosos como garantia).

Por outro lado, as dívidas públicas ofereceram um investimento seguro (ainda que com a intervenção da *troika*, no caso de Portugal), permitindo essa troca de ativos. No caso de Portugal, em 2009, foi criada uma linha de garantias oferecidas pelo Estado no valor de 20 mil milhões de euros (governo Sócrates) e uma linha de crédito de 12 mil milhões de euros (ao abrigo do programa da *troika*). Tudo isso implica que o conjunto da banca está falido e só sobrevive se estiver ligado diretamente ao Estado por um cateter de capitais.

Se nos recordarmos do BPN – cuja operação de nacionalização foi então anunciada como “lucrativa no futuro” por José Sócrates –, esta dedução torna-se indiscutível: excetuando-se o presidente, Oliveira e Costa, que tirou umas férias em casa – a que a imprensa chamou de “prisão domiciliária” –, os antigos acionistas de referência conservaram a propriedade da única parte do grupo com ativos não tóxicos. E quem vive do trabalho pagou integralmente a conta por via da constituição do empréstimo da *troika*. Por isso, a conclusão é que o BPN, ainda que não tenha falido de um ponto de vista formal, devia ter falido e o Estado devia ter-se limitado a assegurar os depósitos de um nível médio. Mas o BPN foi “salvo” pelo Estado. E esse salvamento foi exigido para que o Estado não deixasse cair os investidores que viam as suas fortunas abaladas pela crise no banco. Por-

² BES – Banco Espírito Santo; BPN – Banco Português de Negócios.

tanto, dizer que o Estado perdeu cerca de 9 bilhões de euros é só metade da história. A outra metade é que alguns deixaram de perder cerca de 9 bilhões de euros: os seus investidores. No “espírito” do empreendedorismo que apregoam, por serem investidores, deveriam ter suportado os riscos da sua atividade.

Hoje os juros da dívida representam a maior fatia do orçamento do Estado, mais do que toda a dotação orçamental em educação ou saúde: 8 bilhões de euros de juros. Na Idade Média, viver de juros era considerado usura; no século XXI, é-se premiado com doutoramentos *honoris causa* e cruces da ordem de mérito.

As medidas *contracíclicas* (“austeridade”) que se seguiram, para pagar os juros dessa dívida, consistem na *acumulação por expropriação*: 1) aumento de impostos; 2) desemprego, precariedade e redução salarial; 3) privatização de empresas públicas; 4) redução substancial das funções sociais do Estado, que vem acompanhada de um movimento geral de mercantilização dos serviços públicos. Durante este processo, já o referimos, o país alcançou mais 50% de pobres e mais 30% de milionários. Ficarà talvez para a história desta imensa mudança social a frase de que “os Portugueses viveram acima das suas possibilidades”. Os portugueses? Quais portugueses?

A crise não afeta os trabalhadores no seu primeiro momento. Pelo contrário, há queda de preços, como se verificou em Portugal em 2008. O que acontece é que as medidas para “sair da crise”, para repor a taxa média de lucro, assentam na destruição de riqueza, no deitar produtos fora para manter o preço, ou, como em 1929, na queima de café nas locomotivas para não entrar café no mercado e fazer descer os preços. Para manter as taxas de lucro, é necessário sabotar a economia, destruir produção e riqueza e provocar milhões de desempregados e miseráveis. O que vulgarmente se chama na televisão “descer o custo unitário do trabalho” tem como contrapartida, nunca explicitada, “aumentar a rentabilidade do capital investido”. São duas faces da mesma moeda. Pedro Ramos, antigo diretor do departamento de contas nacionais do Instituto Nacional de Estatística (INE), fez os cálculos e apurou que o peso do trabalho por conta de outrem e por conta própria desceu de “53,2% do produto interno bruto em 2007 para 52,2% em 2013 [...]. O fator trabalho perdeu 3,6 mil milhões de euros. O excedente do capital engordou 2,6 mil milhões de euros”.

O comissário dos Assuntos Económicos, Pierre Moscovici, no início de 2015, concluía que “cinco países – França, Itália, Croácia, Bulgária e Portugal – apresentavam desequilíbrios excessivos que exigiam ação política decidida e monitorização específica”. A preocupação era legítima – do seu ponto de vista, ou do dos interesses que defende. Para compreendê-la, temos de entrar no terreno da economia política, ou seja, no peso que a política tem sobre as expectativas económicas da *troika*.

O imbróglio assumido por Moscovici é este: como simultaneamente conciliar a recuperação do preço das suas propriedades, expresso nas rendas/juros

auferidos pelo capital na remuneração da dívida, e a governabilidade da própria União Europeia e dos seus países.

Crise ou oportunidade?

Um dos significados da palavra crise é “conjuntura ou momento perigoso, difícil ou decisivo”. Por outro lado, crise aparece como “oportunidade”. As definições adequam-se ao uso que toda a sociedade tem feito desta palavra no que diz respeito aos acontecimentos de 2008.

O que há de perigoso, difícil ou decisivo para os que vivem do seu trabalho? Como toda a crise cíclica que ocorre no sistema capitalista desde o início do século XIX (este tipo de crise é um exclusivo do capitalismo, uma vez que as crises pré-capitalistas eram crises de escassez, de penúria, provocadas por maus anos agrícolas, guerras etc.), esta se manifesta, em primeiro lugar, por uma superprodução de capital. Uma expressão disso mesmo seriam as bolhas, mas num nível mais profundo temos, por exemplo, a quantidade física de casas produzidas muito além do necessário, com preços muito acima do razoável. Observa-se, igualmente, um aumento no custo unitário do trabalho, muito em particular nos EUA, que são o motor do sistema, e fazem que a crise seja globalizada. Olhando por outro ângulo, vemos uma deflação (queda do valor) tanto no preço da propriedade, como dos bens. Ora tudo isto é, para um trabalhador, o melhor que poderia acontecer: queda dos preços.

O mesmo não é possível dizer para os bancos e a indústria (seja de bens ou de serviços) que dependem dos preços dessas propriedades para garantir os juros, dividendos ou rendas que remuneram os capitais aí investidos. Por isso, estes reagem à crise com medidas contracíclicas, que visam reverter o ciclo de queda do lucro. Os bancos centrais cortam a taxa de juros para criar liquidez, as empresas demitem ou fecham para estancar a queda do lucro (deitam laranjas fora para evitar vendê-las a um preço abaixo da taxa média de lucro, para usar a imagem de 1929) e os governos despejam os seus helicópteros cheios de dinheiro na banca e na indústria para trocar os ativos desvalorizados por outros valorizados, ou seja, por reformas, salários, empresas públicas. Troca-se riqueza real – salários e bens públicos – por papéis desvalorizados. É precisamente nesse movimento de combate à *crise de valorização do capital* que começa a *crise de (des)valorização dos salários*. É importante compreender que não se trata de uma mesma crise, não estamos todos no mesmo lugar do barco – há gente no porão, a maioria, alguns no convés e outros ao leme.

Os juros da dívida pública antes da intervenção da *troika* em Portugal chegaram a valores insuportáveis. Insuportáveis porque se caminhava para a iminência de um calote puro e simples. Ou seja, a banca e os demais rentistas detentores desses títulos estiveram na iminência de ficar com uma mão cheia de

nada. A intervenção da *troika* garantiu que esses títulos fossem sistematicamente trocados. O Estado operou a troca dos anteriores títulos classificados como lixo por novos títulos bem classificados e com garantias dos Estados membros da UE. Daí a menor taxa de juros. No entanto, o diferencial entre os juros antes e depois do empréstimo fora coberto com um aumento brutal no volume da dívida, que crescera num passe de mágica cerca de 30%. Isto é: paga-se uma curta fatia de juros, mas sobre um bolo muito maior, o que aumenta brutalmente a massa a pagar. O crescimento extra do bolo passou a ser garantido com os salários diretos, indiretos (serviços públicos) e pensões dos trabalhadores – a única boa moeda de troca que restara. A percepção tanto do governo, como da *troika*, era correta – não havia outra alternativa para garantir as rendas do capital, senão engolir, com uma determinação política sem precedente, os salários dos trabalhadores e as pensões dos aposentados, porque alguém tinha de pagar a conta!

Qual era a alternativa real? Deixar cair estes capitais privados. Qual seria o custo dessa saída alternativa? Seria elevado, certamente, mas não tão alto como o custo da saída *a la troika*. Deixar cair estes capitais privados iria custar-nos longo tempo a reerguer o país, porque o rumo que tomou a economia portuguesa nas últimas décadas tem fragilizado o seu tecido produtivo enquanto produtor de bens ou riqueza social. Todo o processo de favorecimento da rentabilidade do capital, desde as privatizações e concessões (PPP), carrega em si mesmo pesados custos para o Estado que, no fim de contas, resultam num incentivo a rendas fixas sem investimentos ou gastos, ou seja, são de fato subsídios para sabotar a produção. Mas o custo destas políticas de viabilização do lucro/renda acabou por, esse sim, mostrar-se irrealista e acima das possibilidades de toda uma nação que é essencialmente dependente do seu próprio trabalho. Nessas circunstâncias, o preço a pagar por uma qualquer saída alternativa que enfrentasse os ditos mercados acionistas seria alto, mas, em todo o caso, nunca tão alto como o custo da dita “única saída possível”, a da *troika* e dos chamados partidos do arco do poder.

Há quem proponha uma segunda via – a oposição de esquerda parlamentar, entre outros, têm defendido em Portugal a renegociação da dívida pública. O argumento que aqui deixamos é este: uma renegociação favorável à maioria da população portuguesa será encarada pelos “mercados” como um *default*, uma suspensão, e acarretará fuga de capitais. Logo implicará, em ambos os casos, controle público sobre a banca e o sistema financeiro, sob pena de o país ficar pior, sem capitais para iniciar investimentos e produção.

A Comissão Europeia tem bem presente o terreno minado em que se move. Por um lado, está a viver um período de deflação de que não se antevê saída milagrosa. Para percebermos isso, é preciso notar que a taxa de juros do Banco Central Europeu (BCE) encontra-se em níveis historicamente baixos, 0,05% (março de 2015). Por que é isto importante? Porque esta é uma das medidas para reverter o ciclo. E está a deixar de existir. É precisamente através dessa taxa que o BCE, em

última instância, define a quantidade de liquidez (dinheiro) no mercado. Tendo em conta que estamos num período ascendente do ciclo econômico, se tudo estivesse normal não haveria razões para essa taxa estar tão baixa. O comportamento rotineiro dos bancos centrais é precisamente subir essa taxa nos períodos ascendentes do ciclo econômico, para poder baixá-la nos descendentes. Funcionando como uma verdadeira arma contracíclica, não importa que o parâmetro justificativo para a usarem seja o da inflação. Pôr e tirar dinheiro não é em nada diferente do comportamento de uma qualquer pessoa que abre ou fecha uma torneira conforme precise de mais ou menos água. Começa a ficar cada vez mais claro para Bruxelas e Frankfurt que a torneira está a ficar sem água, o que seria desastroso quando vier o próximo período descendente do ciclo. O certo é que ele virá. Era a isso que Keynes chamava a *armadilha da liquidez*.

A economia mundial continua na beira do abismo do perigo de uma depressão. A chave de interpretação da situação remete à evolução desta questão decisiva. A perspectiva de uma estagnação econômica internacional por até uma década merece ser caracterizada como uma etapa de decadência histórica do capitalismo. As consequências sociais e políticas são imprevisíveis. O empobrecimento, portanto, o crescimento da desigualdade social deve abrir uma situação de conflitos sociais somente comparável com os anos setenta, talvez mesmo os anos trinta. A Europa permanece como o elo mais frágil do sistema, em especial, pelo grau de exposição ao risco do seu sistema financeiro, repleto de papéis podres, e viciado em dinheiro barato liberado pelos seus Bancos Centrais.

A sensação de relativo alívio que surgiu no primeiro semestre de 2012, em relação à indisfarçável inquietação do segundo semestre de 2011, foi alcançada porque, finalmente, se concluiu a renegociação da dívida grega, e o Banco Central Europeu liberou uma megaempréstimo para o sistema financeiro, na escala hecatômica de quase um trilhão de euros. A outra alternativa em cima da mesa, a política contracionista dos bárbaros pré-keynesianos alemães de Merkel, que exige uma constitucionalização da austeridade de inspiração neoliberal pelos países da eurozona (política defendida, também, por alguns setores do Partido Republicano nos EUA), é ainda mais preocupante.

Mas este intervalo de desafogo não deve diminuir a incerteza. O desemprego na Europa continua aumentando, em particular, entre os jovens: na Espanha superou o nível de incríveis 50%. A evolução do mercado de trabalho na economia norte-americana permanece em ritmo catatônico-vegetativo, mas, por enquanto, o FED não realizou uma nova rodada de *quantitative easing* (QE), ou seja, de emissão de dólares, o tsunami financeiro que Obama promove para encarecer as exportações da Ásia, África e América Latina. As relações entre o centro e a periferia do capitalismo deverão conhecer transformações reacionárias como reprimarização e, em algumas regiões, desnacionalização, desindustrialização e recolonização.

O argumento deste ensaio é que a vertigem do declínio histórico ameaça a Europa. Um futuro mais perigoso, politicamente, desenha-se no horizonte em escala mundial. Três projeções terríveis apresentam-se como, mais do que plausíveis, prováveis: (a) a confirmação da tendência a uma queda acentuada do salário médio em todos os países centrais (EUA, União Europeia e Japão), diminuindo a distância que separam os custos produtivos com os países da periferia (América Latina, Ásia e África); (b) o desemprego supera os 10% da população economicamente ativa em escala europeia, mas supera os 20% entre os jovens. Pela primeira vez, desde 1945, a geração mais jovem, se não lutar com a determinação de vencer, será mais pobre que a mais velha; (c) a revogação das políticas públicas do chamado bem-estar social, sendo a previdência dos mais velhos, o salário desemprego dos ativos, e o acesso à educação gratuita dos mais jovens, três dos alvos prioritários dos ajustes.

Sempre foi variável, em cada sociedade, a capacidade de absorção dessa elevação da iniquidade. O que foi considerado monstruoso, porém, suportável pelas massas populares em algumas nações, como a superinflação acima dos 100% ao ano (Brasil, 1982/92), ou o desemprego acima de um terço da população economicamente ativa (Argentina, 1995/2001), demonstrou-se intolerável em outras (Bolívia, 1985).

Foi argumentado à exaustão pelos estudiosos de inspiração liberal que as crises seriam uma forma de regulação econômica austera, rigorosa, severa, mas necessária, e até benigna, porque, apesar de produzirem, transitariamente, uma destruição das empresas menos eficientes, permitiriam criar, posteriormente, condições mais favoráveis para o crescimento. Acrescentaram que as economias europeias precisavam se adaptar às condições competitivas adversas no mercado mundial. A ruína do modelo europeu de políticas sociais seria compensada, no futuro, pelos ganhos de produtividade. Este tipo de análise é, no entanto, insustentável.

A história sempre foi um campo de batalha das ideias. Não é somente o futuro que está em disputa. A distinção entre aquilo que, no passado, foi progressivo, daquilo que foi regressivo deveria ser o cerne de qualquer investigação, historicamente, contextualizada. Mas é menos simples do que pode parecer.

Compreender na sequência, aparentemente, caótica das transformações quais foram aquelas mudanças que abriram caminho para um mundo menos desigual, e aquelas que preservaram injustiças, deveria ser a primeira obrigação de uma pesquisa séria. A honestidade intelectual mais elementar é posta à prova na hora de separar o que foi progressivo do que foi reacionário.

Uma análise inspirada no marxismo deverá, com mais razão ainda, procurar discernir o significado e o sentido das transformações. O que aconteceu pode e merece ser explicado, porque estava inserido em um campo de possibilidades. As crises econômicas do capitalismo não foram fatalidades naturais como os terre-

mentos. O que é irrefutável é que a crise aberta em 2008 permanece longe do seu fim, e ninguém pode prever o custo destrutivo do que está por vir.

A mais séria de todas as crises do capitalismo foi, por suposto, a crise de 1929, de longe, a mais catastrófica. Os dez anos que se seguiram ao *crack* da Bolsa de Nova Iorque foram a década mais sinistra da história contemporânea, e culminaram com a Segunda Guerra Mundial. A história sugere, todavia, que toda crise econômica séria do capitalismo produziu algum grau de instabilidade social e desestabilização política em cada um dos países atingidos e, mais frequentemente, em continentes inteiros. Entretanto, o impacto das crises econômicas mundiais nos últimos cem anos não afetou por igual as diferentes nações, e os sacrifícios impostos dentro de cada país foram distribuídos, desproporcionalmente, entre as classes, o que se traduziu em aumento da injustiça social.

As ondas de choque da destruição econômica, com suas terríveis sequelas sociais, foram menos catastróficas nas crises econômicas depois de 1929 porque as políticas keynesianas demonstraram maior eficiência na longa duração, amortecendo as consequências apocalípticas de uma depressão em toda a linha. Foi assim que surgiram os Bancos Centrais, que não existiam antes de 1929, e toda uma arquitetura financeira preventiva que demonstrou grande eficácia durante mais de três décadas. Contudo, essa armadura de proteção pela via do estímulo do consumo das famílias e da demanda estatal desembocou em uma incontornável crise de crédito.

Os limites da estratégia da “austeridade”

O keynesianismo fiscal dos últimos anos foi uma resposta preventiva ao temor de uma reação operária e popular ao desemprego em massa, se a recessão degenerasse em depressão. Melhor desvalorização do dólar do que desemprego acima de 20% da população economicamente ativa no desemprego nos EUA. Melhor emissão de títulos e aumento da dívida do que fábricas ocupadas. Melhor pressões inflacionárias do que marchas de centenas de milhares nas ruas. Melhor déficits fiscais do que greves gerais. Melhor políticas sociais compensatórias do que a queda de governos. Mas estas respostas de emergência culminaram, em 2011, com o perigo do *default* na Grécia e em Portugal, entre outros.

O endividamento do Estado não é senão a antecipação para o presente de receitas fiscais futuras, os impostos que serão pagos nos anos por vir e, em prazo mais longo, pelas futuras gerações. Ao contrário de empresas, Estados não podem falir, mas podem cair em situação de inadimplência por incapacidade de rolagem dos juros, com moratória das dívidas.

A hora das crises econômicas foi sempre um dos momentos no qual as possibilidades de transformações se aceleram. Os dirigentes dos Estados-chaves dentro da União Europeia não disfarçam, nem escondem sua determinação de que, para preservar seu lugar no sistema mundial, terão que recuperar posições

no mercado mundial. No entanto, esta estratégia não pode ser indolor, portanto, conflitiva. Para que a Europa mantenha posições na repartição do bolo da riqueza no mercado mundial, outros continentes e países terão que perdê-las.

Historicamente, o repertório de políticas disponíveis para este reposicionamento foram cinco: (a) a redução substantiva do salário médio, pela via da redução do salário real, mesmo que o nominal não tenha variações (ou seja, a inflação), ou pela via do aumento da jornada não remunerada, pela pressão do desemprego elevado, ou seja, a elevação da extração de mais-valia absoluta para elevar a competitividade de sua capacidade produtiva; (b) a aceleração do ciclo de renovação do capital fixo pela introdução de novas tecnologias que reduzam custos e diminuam a proporção de capital variável, aumentando a extração de mais-valia relativa; (c) a ampliação da participação no mercado mundial pela via da expansão do comércio externo, que compensaria a redução do consumo interno; (d) a diminuição dos custos produtivos pela deflação das importações de matérias primas, gerando superávits no balanço de pagamentos; (e) a ampliação dos benefícios rentistas pela via da exportação de capitais, ou seja, do crescimento da financeirização.

Estas cinco estratégias têm crescentes limites de execução. Há um limite para o aumento da exploração. Esse limite não é fixo, não é rígido, porém, não é indefinido. Há um limite para o grau de exploração que, em cada nação, a classe dominante consegue impor ao proletariado, sem gravíssimos conflitos sociais. Este limite é político e remete à dimensão do tensionamento do que os “músculos e nervos” podem aguentar. São variáveis políticas e sociais que remetem à estabilidade dos regimes eleitorais. A Grécia viveu mais de 15 greves gerais em menos de dois anos. Essas greves, mesmo com os incêndios e o suicídio de um aposentado em Atenas de 2012, assim como as greves gerais em Portugal e na Espanha entre 2011 e 2012, algumas das maiores de suas histórias nacionais, ainda ocorrem nos marcos de um controle dos aparatos sindicais, portanto, sem ameaça séria aos regimes políticos de dominação do capital. A presença de uma extrema direita eleitoral com 20% dos votos nos países de língua germânica e escandinava deve ser interpretada, também, como um sinal de alerta amarelo.

Em segundo lugar, há limites para a imobilização de capital na forma de novos equipamentos e tecnologias, não só porque a pesquisa científica avança em seus próprios ritmos, mas porque os riscos de aceleração do aumento da capacidade produtiva são elevados em condições de aumento da concorrência, gerando ociosidade: produzir o quê, onde, para vender para quem? Há limites, também, para a expansão da participação no mercado mundial. Nos últimos vinte anos, o crescimento do volume do comércio internacional cresceu na proporção de 5,4% ao ano, segundo a OMC³, enquanto o crescimento do PIB mundial

³ O site da Organização Mundial do Comércio oferece estatísticas para o crescimento do comércio mundial que podem ser pesquisadas em: <<http://stat.wto.org/StatisticalProgram/WSDBViewData.aspx?Language=E>>. Consulta em março de 2012.

foi um pouco superior a somente a metade desta taxa⁴, mesmo considerando os elevadíssimos resultados de alguns países asiáticos, como China e Índia. Em quarto lugar, não parece simples que a Europa possa contar com uma deflação dos preços das matérias primas, em particular, da *commodity* mais decisiva, o petróleo, em função dos conflitos geopolíticos internacionais.

Por último, há limites para a flexibilização financeira dos últimos trinta anos, como ficou claro depois da falência do Lehmann Brothers em 2008 e do escândalo mundial dos CDS. A proposta de regulação dos paraísos fiscais ou de controle sobre os mercados de derivativos ficou suspensa no ar. A avalanche de capitais fictícios quase levou à destruição do sistema financeiro norte-americano e, por contágio, o pânico quase mergulhou a economia mundial em depressão⁵. Por isso, e porque há outras disputas de interesses entre os EUA e a Alemanha, há divergências táticas entre a política de Washington e Berlim: enquanto Obama⁶ impulsiona a expansão monetária, e favorece a desvalorização do dólar, Merkel a condena e defende a cotação do euro. A estratégia em vigor, portanto, merece ser qualificada como uma “fuga em frente”, para ganhar tempo, e tem pouca consistência.

Expliquemo-nos: na época contemporânea, nenhuma sociedade, por mais reacionárias que sejam as forças de inércia de sua classe dominante, pode permanecer imune, por muito tempo, à pressão por mudanças econômico-sociais e políticas, mas a mobilidade interna dentro do sistema revelou-se muito pouco elástica. Uma estratégia antioperária e antipopular de “fuga em frente” diminui, dramaticamente, a coesão social interna de uma nação, o que não pode fortalecer, na longa duração, sua estabilidade política, ou seja, que a enfraquece no sistema internacional de Estados. Em outras palavras, a consequência dos remédios pode ser pior do que os efeitos da doença.

⁴ O site das Nações Unidas oferece estatísticas com séries anuais que recuam de 2011 até 1946, e podem ser pesquisadas em: <http://data.un.org/Data.aspx?q=Gross+Domestic+Product&d=SNA&f=group_code%3a401%3bitem_code%3a8>. Consulta em março de 2012.

⁵ Derivativos são ativos financeiros que derivam do valor de outro ativo financeiro ou mercadoria. Podem ser, também, operações financeiras que tenham como base de negociação o preço de um ativo – títulos de dívidas públicas ou privadas, moedas, *commodities* – negociado nos mercados futuros. De todos os derivativos, os mais perigosos parecem ser os *swaps* (em inglês, *credit default swaps*, CDS). Os *swaps* são uma cobertura de risco, algo parecido com uma apólice de seguro para cobrir (em inglês, *fazer hedge*) uma possível moratória de dívida. Mas há grandes diferenças com os seguros. Estas operações não estão reguladas. As instituições que oferecem este tipo de contratos não estão obrigadas a manter reservas relacionadas com estas operações. Os CDS foram inventados pelos bancos precisamente para evitar as exigências sobre reservas. Se outra instituição absorvia o risco (em troca de um prêmio), o banco podia liberar suas reservas. Os CDS foram usados, também, para contornar as restrições que os fundos de pensão tinham para emprestar recursos a empresas com uma qualificação de risco insuficiente. A crise atual se manifestou como crise financeira quando ocorreu a desvalorização destes papéis, ou seja, quando começaram a derreter os capitais fictícios. Um estudo do banco Morgan Stanley informa que o volume dos contratos de CDS chegará, em 2012 e 2013, a uma altura, respectivamente, de 3,2 e 3,3 trilhões de dólares. Em 2010 e 2011, estes estoques serão de até de 1,3 e 1,6 trilhões. Disponível em: <<http://www.alencontre.org/index.html>>. Acesso em março de 2012.

⁶ N. Ed. O artigo foi redigido e submetido à Revista antes da ascensão de Trump ao poder.

Mudanças são necessárias, com maior ou menor intensidade, porque o capitalismo é um sistema que, na nossa época, se estrutura na forma: (a) de um mercado mundial onde a divisão social do trabalho é muito desfavorável para a maioria das nações, e a desigualdade tende a aumentar; (b) de um sistema internacional de Estados extremadamente hierarquizado, em que as possibilidades dos Estados que estão na semiperiferia ou na periferia de elevar o patamar de sua inserção foram pequenas. Em outras palavras, o capitalismo contemporâneo é uma ordem imperialista: perpetua desigualdades sociais e nacionais, o que significa que as injustiças e a tirania no mundo não estão diminuindo. Ao contrário, no centro e na periferia, simultaneamente, estão se agravando.

Quando a situação econômica se atenua em uma região, deteriora-se em outra. O que merece ser destacado é que, quando uma classe dominante em um país se revela incapaz de realizar essas mudanças de forma negociada, ou seja, através de reformas, precipita-se uma situação de crise social. Quando as transformações são adiadas, a classe dominante ganha tempo, mas a nação entra em decadência. Mais grave, no entanto, é quando a classe dominante de uma nação não só se demonstra incapaz de realizar as reformas, mas tenta liderar a implantação de contrarreformas que são a destruição das conquistas da geração anterior.

A crise econômica aberta em 2008 passou por variadas fases, mas ainda permanece sem solução. É possível que a estagnação que atingiu os países centrais se prolongue, indefinidamente, ou até que os custos produtivos tenham caído a um patamar tão baixo que os investimentos na Europa, EUA e Japão voltem a ser atrativos. Os prazos para que este processo seja concluído podem ser mais rápidos ou mais curtos, condicionados pelas possibilidades políticas e sociais de fazer o ajuste regressivo sem provocar instabilidade social incontrolável.

A mobilidade econômica no mundo, nos últimos trinta anos, foi maior do que a mobilidade política. As transformações na morfologia do mercado mundial, o espaço onde se disputa o papel de cada nação na divisão internacional do trabalho, continuam sendo muito mais aceleradas que as modificações no sistema de Estados. Em condições de relativa estabilidade, ou seja, enquanto o impacto da crise econômica não se desdobra em situações de revolução ou guerra, a política permanece mais lenta que a economia. Em outras palavras, o sistema internacional de Estados foi, historicamente, mais resistente que o mercado mundial.

O lugar de cada país no Sistema Internacional de Estados, quando se precipitaram as crises econômicas mais sérias do século XX, dependeu de quatro variáveis estratégicas: (a) as dimensões de suas economias, ou seja, os estoques de capital, os recursos naturais – como o território, as reservas de terras, os recursos minerais, a autossuficiência energética etc. – e humanos – entre estes, sua força demográfica e o estágio cultural da nação –, assim como a dinâmica, maior ou menor, de desenvolvimento da indústria, ou seja, *sua posição no mercado mundial*; (b) a estabilidade política e social, maior ou menor, dentro de cada país, ou

seja, *a capacidade de cada classe dominante de defender, internamente, o seu regime de dominação preservando a ordem*; (c) as dimensões e a capacidade de cada Estado em manter o controle de suas áreas de influência, ou seja, sua força militar de dissuasão, que depende não só do domínio da técnica militar ou da qualidade das suas forças armadas, mas do maior ou menor grau de coesão social da sociedade, portanto, *da capacidade do Estado de convencer a maioria do povo da necessidade da guerra*; (d) as alianças de longa duração dos Estados uns com os outros, e a relação de forças que resultaram dos blocos formais e informais, ou seja, *sua rede de coalizão*.

Na sequência da crise dos anos setenta do século XX, a situação europeia de estagnação potencializou a queda das ditaduras na Península Ibérica – onde se abriram situações revolucionárias – e na Grécia e, finalmente, a crise das ditaduras no Cone sul da América do Sul. Regimes duradouros, mantidos pelo apoio de Washington durante as décadas da Guerra Fria, como as ditaduras de Somoza na Nicarágua e do Xá Reza Palehvi no Irã, foram derrubados por revoluções democráticas. O Japão fortaleceu-se no mercado mundial, enquanto a Europa debilitava-se.

A primeira crise econômica do século XXI sugere que iremos passar nos próximos anos por grandes transformações no sistema internacional de Estados e até nas posições de cada economia no mercado mundial. A primeira delas foi a derrota do projeto político que Bush, à frente da Casa Branca, empunhou na última década. A eleição de Obama significou, para o imperialismo norte-americano, a necessidade de admitir o fracasso de sua ocupação militar no Iraque. Mas a iraquização no Afeganistão continua um desafio sem solução militar.

Os EUA procuram ganhar posições de força militar contra a crescente resistência do Taleban, mas seus aliados britânicos já reconheceram que realizar negociações com a ala moderada do Taleban seria incontornável. A tendência à talebanização do regime iraniano cresce depois da fraude das últimas eleições. A fascistização do Estado de Israel torna cada vez mais insustentável a política do sionismo, e provoca um aumento da iranização da resistência palestina, ameaçando a preservação da ditadura no Egito, o país árabe mais populoso do Oriente Médio, que se palestinizava.

A necessidade de uma maior coordenação entre o governo dos EUA e os da União Europeia deu um salto com a crise. A injeção de trilhões de dólares permitiu evitar, pelo menos entre 2008/2012, transitoriamente, um salto da recessão em depressão. Mas não só não está ainda garantida uma recuperação da economia, interrompendo o crescimento do desemprego, como existem novos perigos nas emissões de moeda e no crescimento das dívidas públicas. A desvalorização do dólar tem significado uma redução do salário médio dos trabalhadores norte-americanos e um barateamento das exportações dos EUA, mas provoca pressões inflacionárias e desvalorização de capitais para os portadores dos títulos do FED, ameaçando a posição do dólar como moeda de reserva.

Nesse sentido, os EUA se europeízam, economicamente, porque a última fortaleza do capitalismo mundial – pela primeira vez desde os anos trinta – vê-se obrigada a conviver com taxas de desemprego iguais a 10% da população economicamente ativa. A derrota do projeto da ALCA no período histórico anterior foi a expressão, também, de uma nova relação de forças na América do Sul, que viu surgir governos mais independentes de Washington na Venezuela, na Bolívia e no Equador. A latino-americanização da situação social no Leste europeu, com o avanço da desigualdade social, indica que um novo elo frágil surgiu no sistema de Estados. Ninguém pode prever as consequências sociais que teria para a ditadura chinesa uma interrupção do intenso crescimento dos últimos quinze anos.

Notas conclusivas

Quando o homem deixar de sonhar, toda a humanidade será derrotada.

Leonardo Padura

A decadência histórica da nação é uma hipótese forte, possível. Mas não é certa. A crise do modo de acumulação atingiu níveis de contradições inusitados. Onde de um lado nasce um monopólio – hoje, na aparência, espartilhado por centenas de “empresas” –, nasce do outro um exército de trabalhadores assalariados ou desempregados; onde a CUF/Siemens domina o negócio da saúde, nascem do outro lado milhares de médicos que perderam o seu consultório; onde a EDP fixa mais de metade da fatura em taxas, nascem do outro lado milhares de pessoas que passam quatro meses por ano cheias de frio, a ouvir a proteção civil aconselhar o uso de “mantas e chás” em pleno século XXI; onde o grupo Jerónimo Martins e a Sonae dominam a distribuição, nascem do outro lado ex-agricultores e pequenos comerciantes arruinados, que caminham para o lado dos assalariados; onde a banca engole, em cinco anos, 47 bilhões de euros, o equivalente a 28% do PIB, nascem do outro lado escolas sem professores, professores sem emprego, alunos sem aulas, baixa qualidade crescente do ensino cuidado e científico. Quantos cientistas e doutorados foram expulsos do país ou colocados na precariedade e no desemprego nos últimos anos? E dá-se este encontro com a história que é a identificação da maioria da população com um mesmo programa comum.

Um programa que pode ganhar corpo: liberdades políticas, democracia real, direito ao trabalho, Estado social, transparência na gestão da coisa pública, expropriação da banca e do setor financeiros. Este programa pode ter mais força política na Europa, porque tem mais base social, e não só na Europa do Sul, do que um programa de extrema-direita baseado no protecionismo, na xenofobia e no conflito entre povos e nações. Mas há um tempo histórico – de que hoje não

saberíamos calcular a duração – para unificar este programa difuso em projetos políticos consistentes e democráticos. Ou assistir à desagregação social e a uma repetição cataclísmica de 1939-45.

Para organizar a sociedade e dar bem-estar a todos, não é aceitável sabotar a produção, pagar para os agricultores não produzirem, encerrar fábricas e empresas, destruir capacidade produtiva, colocar 47% da população na miséria e deter o desenvolvimento da ciência e da técnica, como tem sido feito. O que deve ser feito é garantir que as empresas estratégicas – banca, redes de água e saneamento, energia, comunicações etc. – ficam sob controle público, democrático. De todos, com o esforço de todos, com a responsabilidade de todos, para todos. Por que a população não tem controle público sobre as suas empresas, as empresas públicas, o Estado? Com essa massa de investimento, garante-se que todos os que são capazes de trabalhar produzem e a jornada de trabalho reduz-se, garantindo a produção de bens e serviços – contra a escassez – e também a sustentabilidade do Estado social.

A recuperação do espírito de *pleno emprego* é uma emergência histórica, uma das certezas inabaláveis do nosso destino comum civilizado. O pleno emprego é a única forma de evitar o rebaixamento salarial aplicado a toda a sociedade e a única garantia de sustentabilidade do Estado social e da Segurança Social. É uma exigência civilizacional mínima, é a proteção de “filhos e pais”, que estava nos programas e nas campanhas públicas dos partidos social-democratas na década de 1970 e hoje, com cinco vezes mais desempregados, foi abandonado. Sindicatos e partidos da esquerda colocam-no num cantinho dos seus programas, com letras pequenas. Ou, mais grave, substituem-no pela exigência de um rendimento básico incondicional, que é um cheque de sobrevivência entregue a todas as pessoas, que não exige como contrapartida um esforço para a produção da sociedade. Portugal atingiu o nível máximo de desemprego de toda a sua história e nenhum partido – nenhum – fez do pleno emprego uma bandeira, desde 2008 até aos nossos dias.

A *democracia real já* que se grita nas ruas de Hong Kong, Londres, Brasília e junto de Wall Street não corresponde a projetos regressivos ou de desesperança, muito pelo contrário. Um avanço globalizador da economia veio acompanhado por tragédias inomináveis na África, no Médio Oriente, uma pilhagem sem fim de países que vivem entre invasões imperiais e a dominação de monarquias despóticas, mas nasceu também nestes anos um internacionalismo civilizacional, que colocou exigências que até aos anos 50 eram tidas por privilégios, como exigências mínimas de civilização: saúde para todos exige-se nas ruas de Londres; transportes públicos de qualidade grita-se em São Paulo; educação laica e gratuita é bandeira nas ruas de Madrid. O Estado social erguido como concessão ao movimento operário para este aceitar ser desarmado em 1945 – quem não se recorda da cena épica do 1900 de Bernardo Bertolucci em que tentam convencer os

partisans a entregar as armas e eles gritavam “mas nós estamos armados contra o patrão” e do outro lado respondia-se: não, “acabou a guerra, mas acabou o patrão também”? Não acabou, mas cedeu na construção do Estado social, que é hoje uma grande bandeira civilizacional no mundo mais desenvolvido, urbano e escolarizado. Este “patrimônio comum” dos que vivem do trabalho, os assalariados, operários manuais ou médicos, unifica pacificamente um eletricista precário no Sul da Europa e um advogado conservador sueco – há um mínimo civilizacional, saúde, educação, segurança social, propiciado pelas altas taxas de produtividade, que obriga a que o Estado, que compulsivamente recolhe impostos, devolva em serviços e bens comuns, tidos como a marca mínima do bem-estar comum. O Estado social é um dos últimos redutos a serem alvo desse processo de acumulação, e a sua erosão pode gerar uma resistência massiva das populações contra um Estado que não atua como fiel depositário das contribuições da população para esse mesmo Estado social. E isso tem mostrado às claras um outro Estado, mais visível e mais incômodo – o da ligação umbilical entre acumulação privada e dinheiros públicos, cujo exemplo mais óbvio é a fuga fiscal dos grandes grupos económicos. Esse Estado organiza-se num regime – democrático-representativo – cuja crise é visível, não só em Portugal, mas em toda a Europa do Sul – com a abstenção que ronda entre os 40 e os 60%. Deste ponto de vista, do regime, estamos numa transição histórica em que regime e direitos laborais estão num confronto violento. Esta encruzilhada traz consigo uma revisitação do passado – a tendência para a bonapartização, ou seja, para uma ditadura do Estado capitalista onde não existam ou sejam severamente restringidos os direitos políticos, não encontra hoje base social tão óbvia como no passado. Ninguém dúvida que nos países ocidentais garantir a acumulação por meio de restrição de liberdades políticas vai gerar uma onda massiva de conflitos sociais.

Se não há motivos para um pessimismo religioso, a questão chave da organização está por responder. Pôr fim ao medo faz-se construindo organizações políticas e sociais alternativas, que deem força e proteção às pessoas para que elas sintam que podem lutar amparadas.

Como fazê-lo? É a pergunta mais difícil. Como organizar uma força de trabalho dispersa, atomizada, precarizada e ciclicamente desempregada? Que fazer com os sindicatos? Saberão eles renovar-se ou cometerão haraquiri, recusando adaptar-se e preferindo morrer junto com as suas burocracias? Como ter estruturas de poder paralelo ao Estado que criem solidariedades sociais e força política? De que partidos precisamos? No fundo, a questão chave é esta: como transformar a desesperança individual depressiva em força coletiva civilizacional. Indivíduos desesperam, sociedades encontram saídas.

Referência bibliográfica

HOBSBAWM, Eric J. *História do Marxismo VI: o Marxismo na época da Terceira Internacional – Da Internacional Comunista de 1919 às Frentes Populares*. Trad. Carlos Nélon Coutinho [et alli]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Recebido em 14 de dezembro de 2016

Aprovado em 03 de janeiro de 2017